

SOCIOLINGUÍSTICA: UMA ABORDAGEM VOLTADA PARA O ESTUDO DA LINGUAGEM E SUAS VARIAÇÕES

Claudete de Oliveira Melo, Professora SEED, email: claudete_melo@hotmail.com

Margio Cezar Loss Klock, Educador Orientador, UFPR Litoral email: margioklock@ufpr.br

RESUMO: O estudo da linguagem humana é um foco de grande importância para o professor que, ao estudá-la, terá consigo um instrumento de grande valia para a compreensão dos diferentes dialetos utilizados por seus alunos. Em sala de aula a realidade que predomina é de uma imposição lingüística e anulação do dialeto pessoal. A língua escrita é a simbologia da língua falada, embora esta não seja uma fiel representação da primeira. A linguagem materna, ignorada por alguns, é o primeiro foco de evolução da língua. Com base nisso e no levantamento bibliográfico, apurado no estudo de diversos autores lingüistas e gramáticos como: Marcuschi, Bagno, Perini, Soares, Kato, Possenti, Tarallo, entre outros, desenvolvemos este artigo tendo como principal finalidade desmistificar a norma padrão do ensino da língua portuguesa nas escolas, pois a imposição desta norma vem a interferir no processo de evolução da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Variação Lingüística, Fala, Escrita, Norma-Padrão e Não-Padrão.

Introdução

A língua escrita é apenas uma representação simbólica da língua falada, e não um retrato fiel dela; por isso, embora a ortografia de cada palavra seja uma só para todo o país, cada falante do português terá seu modo particular de pronunciá-la.

Como sabemos, o indivíduo traz para a escola um conhecimento prévio, no qual o professor não deve impor regras e normas, mas sim nortear esse conhecimento, abrir novos horizontes, fazer com que esse aluno seja usuário de sua língua para saber comunicar-se bem em todas as situações; poder se impor, concordar ou discordar, ser um cidadão atuante que entenda e interprete bem as mensagens em qualquer situação social.

1 Língua falada e língua escrita

Sempre que nos referimos a língua, vem à cabeça algo complexo ou até difícil de entender, pois lembramos da nossa gramática normativa composta por normas e regras, as quais, segundo Kato (2004), essas regras devem ser usadas tanto para a fala quanto para a escrita, pois se percebe que essas diferenças nada mais são do que as diferenças acarretadas pelas condições de produção e de uso da linguagem. Em decorrência disso, quando se fala em diferenças entre a linguagem oral e a escrita, pensa-se em duas modalidades invariantes, quando na verdade existe no interior de cada uma, múltiplas variações causadas por diversos fatores.

Marcuschi (2005, p. 37) afirma que:

Quando se olha para a escrita tem-se a impressão de que se está contemplando algo naturalmente claro e definido. Tudo se passa como se ao nos referirmos à escrita estivéssemos apontando para um fenômeno se não homogêneo, pelo menos bastante estável e com pouca variação. [...] a fala apresenta como variada e, curiosamente, não nos vem à mente em primeira mão a fala padrão.

A maioria adotou a visão de que as línguas são símbolos projetados, para a comunicação, sendo que alguns deixam de valorizar a língua falada privilegiando somente a língua escrita ou então para as pessoas que não têm acesso à escrita consideram a falada mais complexa, fácil e acessível.

Saber língua é saber também a gramática, suas regras e exceções, mas isso não quer dizer que é preciso saber a gramática para poder comunicar-se, pois até mesmo um analfabeto sabe a língua que fala.

A sociolinguística tem por objeto de estudo a língua falada, observada e analisada em seu contexto social, bem como os padrões de comportamento linguístico que são produzidos dentro de uma comunidade de fala e construídos por unidades e regras variáveis. Assim sendo, língua(gem) e sociedade sempre estarão interligadas entre si.

Mussalin (2004 p. 31) aponta que:

O objeto da sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem

verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos lingüísticos. Uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

Nessa perspectiva, tratar os processos lingüísticos de oralidade e escrita, enfatizando um trabalho de interação, estabelecendo relações entre suas semelhanças, diferenças. Consequentemente, a influência exercida entre os mesmos poderá ser de fundamental importância para o processo de ensino-aprendizagem da língua em todos os tipos de escolas, mas em especial em escolas do campo, visto que nossos alunos apresentam um número maior de variação em seu discurso.

É evidente que o professor não vai ensinar o aluno a falar; isto ele já faz quando chega à escola. Portanto, se faz necessário que o professor mostre ao aluno que fala e escrita influenciam-se mutuamente e que também saiba valorizar a linguagem presente nos textos falados dos alunos (linguagem não-padrão, gírias, etc.) e acima de tudo, ensinar-lhes que devem usar a norma padrão quando forem se expressar usando a escrita.

Como sabemos, por mais programas que o governo ofereça, hoje no campo a educação ainda é privilégio de poucos e com isso ficamos na dúvida muitas vezes sobre qual é a mais correta ou a mais adequada para usarmos a língua não-padrão ou então a língua escrita considerada como gramaticalmente correta. Com isso sabemos que existe um grande preconceito, como afirma Bagno (2004, p. 40) o qual diz que: “qualquer manifestação lingüística que escape do triângulo escola-gramática-dicionário é considerada errada, feia, estropiada, deficiente. E não é raro a gente ouvir que isso não é português”.

Mesmo sabendo dessa diferença, ainda muitas vezes ouvimos frases que demonstram essa crença muito grande de que não sabemos falar, talvez como citado acima, por não usarmos a língua a qual segundo a gramática é a correta, mas isso não significa de que não saibamos falar.

Bagno (2004, p. 30) afirma que:

Se algum de nós disser a um norte-americano que ela não sabe falar ou que a língua falada lá é “errada” ou “feia”, ele decerto vai ficar chocado com nossa ignorância. Afinal, existe um argumento mais do que convincente para rebater essa acusação: o tamanho do país e a quantidade de falantes da língua inglesa que ali vivem além da importância dos Estados Unidos no panorama mundial. O mesmo vale para o nosso português.

Analisando o que Bagno (2004) falou podemos dizer que temos o dever de valorizar a nossa língua falada já que é uma particularidade, ou seja, uma característica do nosso país.

Estudos comprovam que muitos consideram a língua falada ou não-padrão como se fosse algo arcaico, sem valor não estabelecendo uma diferença entre os sinais lingüísticos e os meios em que tais sinais se realizam.

Os sociolinguistas consideram que a língua e o comportamento lingüístico estão muito ligados a cultura e segundo a antropologia não se pode dizer que uma cultura é inferior ou superior a outra já que cada uma tem seu próprio sistema de valores e costumes.

E claro que tudo varia de situação para situação. Parafraseando Lyons (1987) a escrita foi criada com o objetivo da comunicação à distância ou para preservar documentos legais, religiosos e comerciais, ou seja, tudo o que queriam proteger e guardar. Nesses casos a língua escrita tem mais vantagens que a falada. Já hoje ao contrário de antigamente com a tecnologia atual já não se faz o mesmo, existe telefone para a comunicação, câmeras e outros para preservar a imagem e a fala das pessoas não precisando utilizar de cartas e outros meios escritos para comunicar-se. Também sabemos que hoje usa-se muito a escrita no mundo das sociedades modernas letradas, no mundo industrializado, comercial e burocrático e que ela serve como substituta para a necessidade de cada um.

Na língua falada nós brasileiros usamos muito os dialetos sociais que adaptam de acordo com a idade, raça, cor e principalmente a classe social ou regional. Cada dialeto é caracterizado conforme o grupo que pertence o que não significa que um seja mais certo ou mais errado que outro, mas sim que todos são válidos e estruturados de acordo com a necessidade de cada um.

Muitas pessoas tem a crença de que os membros de uma mesma comunidade falam exatamente a mesma língua, mas é evidente que cada pessoa tem como cita Bagno (2004) “

uma gramática particular” e tratando-se de um país ou estado podemos perceber isso com muito mais clareza devido o sotaque e o dialeto que segundo Lyons (1987, p. 37) “é problema puramente terminológico em si, não tem maiores consequências”, pois como sabemos dentro de um país como, por exemplo, o nosso, de norte a sul há muitos dialetos que em palavras mais simples nada mais é que maneiras diferentes de utilizar a mesma língua, ou seja, utilizar de uma maneira mais marcante a língua dentro de uma região. O que significa que cada um tem a arte de se expressar de uma forma diferente sempre acrescentado novas palavras e palavreados em seu vocabulário.

Como vimos acima, muitas vezes a desigualdade social ou regional, tem grandes influências, pois como já citado anteriormente nem todos tem a oportunidade de adquirir a escrita e com isso nasce o famoso preconceito lingüístico que é estudado por muitos lingüistas como é o caso de Bagno (2004, p. 41) que diz:

A classe social mais baixa possui seu dialeto com uma norma padrão culta, que os demais consideram “incorreto”. Esses não se baseiam em conhecimentos lingüísticos e valores sociais o que se pode entender que uma classe “superior” usa a linguagem artificial, por isso consideram os demais dialetos errados, o que não existe na linguagem que é o “errado” e o “certo”, pois o errado não é o pior nem o melhor que o certo, é apenas o que usamos como prestígio para nos comunicar.

O que o autor coloca é que simplesmente por não ter a oportunidade de passar pelo famoso letramento a linguagem usada por essas pessoas não estão erradas, apenas diferentes, ou seja, com as características marcantes da sociedade em que ela está inserida.

Como comprovado por vários estudos, nascemos já preparados para aprender a falar, o que quer dizer que o nosso primeiro contato com a língua é a fala. Sendo que não vamos a uma escola para aprender a falar, então ela é um conhecimento prévio adquirido através da experiência, é claro que vamos aprender como nos ensinam, assim, adquirimos esse conhecimento de acordo com o nosso meio.

Vários experimentos comprovam que uma criança recém nascida consegue diferenciar a fala de qualquer outro som o que comprova que a fala é algo natural do ser humano. A leitura e a escrita que ao contrário deve ser aprendida como afirma Lyons (1987.

p. 64), “são habilidades especiais para as quais é dado um tipo especial de instrução baseada nos conhecimentos prévios que se tem da fala”.

Então podemos afirmar que tanto a língua falada como a escrita cada uma tem suas características particulares sendo ambas úteis, interessantes e correta variando de situação para situação, comunidades para comunidades lingüísticas, ou seja, cada uma tem seu valor dentro do meio social em que a pessoa está inserida.

Língua, linguagem e cultura no ensino de Língua Materna.

Sabemos que se tratando do ensino de uma língua a qual todos já sabem falar, não podemos deixar de analisar dois pontos fundamentais dentro desse ensino: a língua e a linguagem. Como afirma Bagno (2002) a língua tem função social que se estabelece por meio da linguagem a qual é estabelecida entre língua e sociedade e que esta está em constante transformação. Segundo Paraná (Diretrizes Curriculares Estaduais, 2006, p. 20) “na linguagem o homem se reconhece, interage e troca experiência, compreende a realidade onde está inserido e percebe o seu papel como participante da sociedade.”.

Como podemos ver anteriormente, se tratando de língua não podemos deixar de citar a cultura já que a língua está dentro da cultura e que sendo assim a primeira depende da segunda que é fundamental em uma sociedade. Muitos estudos comprovam que não existe ensino de língua sem ensino ou reflexão com relação à cultura.

Como percebemos a língua pode variar de acordo com a cultura de uma determinada sociedade ou mesmo comunidade lingüística, pois como diz Brandão (2004, p. 42) “a língua serve como um instrumento de comunicação ou pensamento e interação é uma maneira de produção social, não sendo neutra nem inocente, nem natural.” Isso é o que forma cada ser como falante, que o faz único, ter sua gramática interna como afirma Bagno (2002). Isso quer dizer que a maneira de cada um se comunicar, ou usar a língua depende da relação que o falante tem com a sociedade em que vive como iremos tratar a seguir.

Cada pessoa por mais particular que seja, a sociedade em que ela vive influencia muito em sua maneira de usar a língua, pois o conhecimento do falante vai construindo aos poucos. Devido a isso que quando chegamos à escola parece que estamos aprendendo uma segunda língua, pois em casa temos um tipo de contato com a língua e na escola muitas vezes nos é apresentado a língua de maneira diferente, ou seja, a língua padrão que até então desconhecíamos.

Como o conhecimento de uma determinada língua o falante vai adquirindo aos poucos de acordo com a sociedade em que esta está inserida, com o contexto histórico, isso nos leva a pensar que um falante não se forma sozinho, que ele é constituído por uma “colcha de retalhos” que é o que chamamos de polifonia. Essas diversas vozes que estão em nossa memória são conhecimentos os quais já temos pré-estabelecida os quais juntando com os adquiridos em sala de aula vão nos dando um suporte para assim formarmos e termos mais facilidade para nos comunicarmos como falantes da língua materna.

Existem diversos fatores que fazem com que a pessoa cresça que tornam um indivíduo como ser social com particular para administrar o uso da língua. Esses fatores geralmente são influências vindo da sociedade, de familiares entre outros. Sendo assim uma falante é constituído a partir da historicidade e é devido isso a posição social de cada um para com a língua.

Podemos ver nitidamente essa diferença no texto a seguir o qual é um trecho de uma conversa entre uma funcionária de um sindicato rural e uma agricultora analfabeta que não tem conhecimento da norma culta. Sendo que a atendente precisa adaptar sua linguagem para que haja uma melhor compreensão por parte da atendida.

FALANTE 1: *Quero sê sócia aí no Sindicato, o quê que é que tem que fazê?*

FALANTE 2: *Pois olha, pra você se associar, a primeira coisa você precisa ser agricultora.*

FALANTE 1: *Da panela eu sô só.*

FALANTE 2: *Porque só de panela?*

FALANTE 1: Eu só tenho minha horta, meu quintaral, vô tê oquê? É poça terra.

FALANTE 2: E ali onde você esta trabalhando, como que funciona?

FALANTE 1: Ali eu axque é...deve ser bóia-fria, é por mêis, axque é...deve ser bóia-fria, a sei lá, pois é por mêis, né fia, sem cartera fixada...é bóia-fria memo.

FALANTE 2: Mas iii, o salário, quanto que é?

FALANTE 1: Eu não tenho salário...é noventa reais por mêis fia.

FALANTE 2: Tá, mas você fica direto ali?

FALANTE 1: Não, só terça, quarta e sexta depois do almoço.

FALANTE 1: Daí digo! Vô lá vê cuméque se associa naquele negócio lá.

FALANTE 2: Eu não sei, o dela dá certo daí? (Falando para a outra funcionária).

FALANTE 1: É que lá em General eu era uma vez de General, eu era uma vez de General, eu pagava esse negócio...eu era ervera né... eu pagava tudo mêis.

FALANTE 2: Tá, mais daí tipo..você trabalhava na agricultura né?

FALANTE 1: Não...ervera né fia..tirava erva né, era tarefera... bóia-fria.

FALANTE 2: Hummm.

FALANTE 1: Se for ervera é bóia-fria né?

FALANTE 2: Verdade.

FALANTE 1: Era esse o meu setor de trabáio..digo...agora vô te que vê cumé que fica esse negócio que mudô bastante as lei né?

FALANTE 2: Daí.. daqui uns dias você vai quere se aposentar e daí né?

FALANTE 1: Puisé, Deus me livre, faiz muito tempo ainda fia.

Como podemos observar no texto anterior, ela apresenta uma variedade lingüística com uma gramática particular. Uma linguagem com marcas nítidas da comunidade lingüística em que as falantes estão inseridas da cultura, ou seja, do mundo em que vive.

Em contrapartida a esse tipo de linguagem, decidimos procurar um profissional da área da educação para o qual fizemos a seguinte pergunta: “Como está a educação no ensino superior?” que teve para resposta oral o tempo de 1:30 minutos e em seguida solicitamos para que este desenvolvesse a mesma resposta na forma escrita.

Tendo uma escolaridade de formação no ensino superior, ele possui conhecimento da linguagem culta, mas mesmo assim, apresenta divergências entre fala e escrita como podemos ver na parte oral ele afirma o seguinte:

Bem! O nível de...da Educação Superior na FAFI, eu considero que na..., pra nossa região é um nível realmente superior, eu acredito iiii por que nóis fazemos muitas visitas nos Colégios pra divulgação de Pós-Graduação, pra divulgação do vestibular e nós vemos que a região de abrangência da... da FAFI, ela domina quase que 90% dos professores da região, então a nossa faculdade em nível de ensino, do ensino da FAFI, eu acho que é um nível bem elevado comparando com as outras Instituições de ensino superiores locais, só que cada um na sua área, né, eu tô falando em nível de professor, nós somos a única faculdade que formamos professor na região, então, eu acredito que nos dois municípios de União da Vitória e Porto União, 95%, 97% dos professores são formados na FAFI, então eu acredito que o nível superior daqui é muito bom, iiiiii em virtude dos resultados que são alcançados Porto União ficou classificado em Santa Catarina alguns anos como primeiro lugar na educação é da...da educação básica, então isso é reflexo dos professores que atuam na educação básica, i como 90%, 95% são formados na FAFI, eu acredito que o nível de ensino da FAFI dos municípios do Paraná também nós temos um destaque, União da Vitória e ou...eu ...esse índice de... de... desenvolvimento que eles calculam o IDH éééé, nós somos melhores que Guarapuava, né, isso é reflexo do ensino superior na região.

Enquanto na parte escrita ele coloca da seguinte forma:

“Eu acredito que o ensino superior da FAFI é realmente superior a outras Faculdades locais, digo isso em virtude de visitas que fazemos nas escolas dos municípios da região de abrangência para a divulgação de cursos de pós-graduação e de concurso vestibular, vemos que a grande maioria dos professores da região na educação básica são formados na FAFI, num percentual acredito que em torno de 95% a 98% e tendo em vista que o município de Porto União ter sido classificado por alguns anos em primeiro lugar na Educação Básica do Estado de Santa Catarina, isso demonstra que o nível da educação é bom e sendo bom é porque os professores da educação básica são bons e são formados pela FAFI, também no município de União da Vitória o IDH é melhor que em Guarapuava e isso é um reflexo do nível de ensino da região.”

Observando primeiramente com relação a interpretação da resposta, podemos relatar que o entrevistado não interpretou corretamente a pergunta, visto que, a pergunta foi elaborada sobre a educação sendo no ensino superior de uma maneira geral e ele delimitou a resposta aproximando para a realidade dele, falando do ensino superior da instituição em que trabalha, ou seja, da FAFI e conseqüentemente da educação básica regional.

Tratando-se de diferenças nas duas formas de linguagens, oralidade e escrita, podemos ver que na primeira ele coloca as palavras de forma espontânea, utilizando da informalidade onde surgem as mais diversificadas expressões como, por exemplo, “ pra”, “eu acho”, a repetição do verbo “é”, também enfatiza a “instituição FAFI” inúmeras vezes, deixando o texto um pouco ambíguo e redundante, além de colocar divergências de informações como observamos na parte da fala, ele coloca e enfatiza o percentual como 90%, 95% e 97%, enquanto na escrita, afirma ter sido entre 95% a 98%, todas essas considerados marcas da oralidade.

Na parte escrita ela é organizada de uma maneira formal, apresentando pausas, porém estas, realizadas através da pontuação, a linguagem é colocada de uma forma mais organizada e sem muitas repetições.

Outra questão que não podemos deixar de comentar é referente ao tamanho dos textos. Na oralidade, ele desenvolveu a resposta minuciosamente, especificando espontaneamente e detalhadamente as informações referente ao nível do ensino superior da FAFI, enquanto na

escrita, percebemos que ele se policiou bastante, cuidando em usar as palavras corretas e não repeti-las. Produziu um texto bastante sintético e objetivo se comparado ao da transcrição falada, não utilizando-se de expressões como: “né”, “então”, “nóis”, “tô”, “pra”, “iiii”, “éééé”, “da...da”, também sem fazer cortes ou deixar espaços vagos no mesmo, desenvolveu portanto, um texto bem organizado, objetivo e coeso.

Comparando os textos dos dois falantes, da agricultora com sua linguagem coloquial considerada por muitos como desprestigiada e o educador na parte oral também com sua variante e na parte escrita com a considerada culta que ao contrário da linguagem da agricultora esta é considerada pela gramática como a única correta.

Podemos ver claramente a questão do poder, de que o preconceito não chega a ser contra a forma de linguagem usada, mas sim contra a classe social menos favorecida, visto que o segundo falante tem uma posição social melhor vista pela sociedade.

Percebemos que os três textos, tanto os dois orais cada qual com suas marcas lingüísticas particulares da comunidade lingüística em que os falantes estão inseridos quanto o texto escrito apresentam estruturas organizadas, são compreensíveis e que a leitura de mundo dos dois falantes fazem com que eles desenvolvam suas produções de forma completa.

Como vemos o conhecimento de uma determinada língua o falante vai adquirindo aos poucos de acordo com a sociedade em que esta está inserida, com o contexto histórico, isso nos leva a pensar que um falante não se forma sozinho, que ele é constituído por uma “colcha de retalhos” que é o que chamamos de polifonia. Essas diversas vozes que estão em nossa memória são conhecimentos os quais já temos pré-estabelecida os quais juntando com os adquiridos em sala de aula vão nos dando um suporte para assim formarmos e termos mais facilidade para nos comunicarmos como falantes da língua materna.

Existem diversos fatores que fazem com que a pessoa cresça, que tornam um indivíduo como ser social com particular para administrar o uso da língua. Esses fatores geralmente são influências vindo da sociedade, de familiares entre outros. Sendo assim uma falante é constituído a partir da historicidade e é devido isso a posição social de cada um para com a língua.

2.2 Encarando a variação lingüística nas aulas de Língua Materna.

No decorrer do tempo os falantes adquirem as variedades lingüísticas próprias de sua região e de sua classe social. Essas variedades podem ser abordadas em dois aspectos: variação geográfica (ou diatópica – relacionada às diferenças lingüísticas encontradas entre falantes de origem ou regiões diferentes) e a variação social (ou diastrática – relacionada a fatores como classe social, idade, sexo e situação ou contexto social em que o falante está inserido).

As formas de variação recebem o nome de “variantes lingüísticas”. Tarallo (2005, p. 08) afirma que: “variantes lingüísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável lingüística”.

Frequentemente ouvimos falar em línguas “simples”, “inferiores”, ou “primitivas”, mas cabe ressaltarmos que para a lingüística essa diferença não existe, ou seja, toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, aprendemos a falar na convivência diária e quando devemos falar de um modo ou de outro. Em todas as comunidades existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores e como afirma Gnerre (1985, p. 4) “uma variedade lingüística ‘valem’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”.

Referente às linguagens de uma dada sociedade, sabemos que a língua padrão ocupa um espaço privilegiado, ela é o conjunto de formas consideradas como o modo “correto”, socialmente aceitável, de falar ou escrever.

As variedades não são erros, mas diferenças. Os lingüistas afirmam que não existe erro lingüístico, o que existe são inadequações de linguagem, que consistem não no uso de uma variedade, mas no uso de uma variedade em vez de outra. Felizmente, a realidade lingüística marcada pela diversidade já é reconhecida pelas instituições oficiais encarregadas de planejar a educação no Brasil, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 29) descreve que:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

Todas as línguas variam, não existe nenhuma sociedade ou comunidade na qual todos falem da mesma forma. A variedade lingüística é o reflexo da variedade social, por isso, frequentemente percebemos diferenças na fala das pessoas.

Bagno (2004, p. 47) diz que:

Não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “melhor”, “mais pura”, “mais bonita”, “mais correta” que outra. Toda variedade lingüística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam.

É preciso, portanto, que a escola saiba reconhecer e respeitar essas diferentes variedades lingüísticas de seus alunos. Através do método tradicional de ensino, imaginamos a realidade da língua como alguma coisa homogênea, fixa, e profundamente uniforme. O resultado disso e, como diz Perini (2005, p. 11) “nosso conhecimento da língua é ao mesmo tempo altamente complexo, incrivelmente exato e extremamente seguro”.

O sistema escolar também possui o costume de separar as ocorrências lingüísticas em dois grupos: o certo, considerado apenas o estudo das normas gramaticais e o errado, aquilo que falamos e ouvimos diariamente. Essa divisão acaba fazendo com que os falantes da língua portuguesa, sintam certa insegurança em usar a sua própria linguagem.

Ainda conforme Perini (2005, p. 13):

Qualquer falante de português possui um conhecimento *implícito* altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E [...] esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. Mesmo pessoas que nunca estudaram gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua. São como pessoas que não conhecem anatomia e a fisiologia das pernas, mas que andam, dançam, nadam e pedalam sem problemas.

Cabe ao professor, pois, desenvolver uma forma de ensino que realmente lhe pareça produtiva para atender à consecução dos objetivos de língua portuguesa que se tem em mente. A reflexão sobre o seu fazer pedagógico, no entanto, deve ser consciente e, caso pretenda operar a uma mudança de atitude, deve ter claro que, para haver mudanças, não basta mudar a prática, a metodologia. Há uma questão mais séria a ser resolvida antes de se adotar uma nova linha metodológica, antes de se pensar em novos procedimentos de ação. Trata-se de aderir a uma nova concepção de língua/linguagem, sem a qual não conseguirá ultrapassar a insegurança de uma alteração de atitude, de refletir sobre os pressupostos da metodologia que adotará em sala de aula.

Muitos professores resistem a mudanças e, ainda hoje, estudos revelam que ocorrem práticas pedagógicas ligadas às velhas e empoeiradas concepções de linguagem. É certo, no entanto, que as novas propostas de ensino estão sendo incorporadas no plano de curso das escolas e que muitos professores têm-se esforçado para assimilá-las. Porém, é consensual entre os estudiosos da linguagem a necessidade urgente de mudar de postura, visto que os alunos têm o direito de manejar eficientemente sua própria língua.

Como já vimos anteriormente, podemos afirmar que a língua é a identidade de uma determinada comunidade, mas como estamos falando de língua, estamos falando de mudanças, e de variações de uma determinada comunidade para a outra, pois como sabemos toda língua está passando por constantes transformações.

Partindo do princípio de que esta presente em todos os momentos de nossas vidas, principalmente na oralidade e com isso a escola tem a responsabilidade de orientar, ou seja, mostrar para os alunos as “várias faces” de uma mesma língua, não deixando de valorizar nenhuma, pois a origem dessas variações como já citado anteriormente vem da cultura de uma determinada comunidade a qual vai aos poucos mudando e se adaptando de acordo com as necessidades da mesma. Travaglia (2003, p. 28) se refere a língua da seguinte forma:

A língua como forma ou processo de interação. Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A língua é pois um lugar de interação humana, interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua os interlocutores interagem e quando sujeitos que ocupam lugares sociais e “falam” e “ouvem” desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais.

Levando em consideração o que Travaglia afirmou e essas mudanças e adaptações pelas quais a língua esta passando constantemente, a escola tem como função ensinar o uso correto da linguagem, ou seja, mostrar para o aluno qual tipo e como usar a linguagem de acordo com cada situação seja a padrão ou a não-padrão. Como podemos ver em Paraná (2006, p. 24):

A criança, quando chega a escola, já domina a língua através da oralidade, pois cresce falando e ouvindo a língua. O espaço escolar deve então propiciar e promover atividades que possibilitem ao aluno tornar-se um falante cada vez mais ativo e competente, capaz de compreender os diferentes discursos e de organizar os seus de forma clara, coesa e coerente.

Como podemos ver o aluno começa a estudar sabendo a língua materna, apenas não conhece suas estruturas gramaticais e utiliza-a com variações de acordo com o que aprendeu na sociedade em que está inserido, ou seja, conhece uma linguagem não-padrão.

Então podemos dizer que a função da escola é desenvolver um trabalho adaptado a cada realidade. Proporcionar para que o aluno possa usar e dar continuidade ao que já sabe e conhecer as diferenças existentes entre a língua padrão e não padrão bem como entender as reais necessidades de uso da cada uma de acordo com os contextos sociais.

Como vimos anteriormente ensinar Língua Portuguesa para comunidades com linguagem particulares, significa mostrar os dois lados, o português padrão e o não-padrão, apresentar valores culturais e a língua em uso na sociedade. A partir disso desenvolver métodos os quais levem ao conhecimento dos alunos as diferentes variedades lingüísticas, mostrando que para se conhecer uma língua não basta conhecer apenas uma das variantes desta. Apresentar situações

reais de uso, para que dessa forma o estudante aprenda como usar a língua adequadamente em cada situação comunicativa. Utilizando com segurança e conhecimento, em suas experiências de vida dentro e fora da escola.

2.3 Ensino da norma – padrão. Por/para quê?

O usuário da língua tem sempre a preocupação de falar bem. As regras da gramática são textos literários e normas difíceis de serem praticadas, fazendo com que o usuário da língua, sinta medo de estar falando errado o seu português. É claro que existem discordâncias, mas não são tantas ao ponto de se dizer que existem duas gramáticas: a praticada e a prescrita.

É comum ouvirmos que a língua muda passando por variações, mas para alguns a língua ainda é considerada monolítica, ou seja, somente é valorizada aquela descrita na gramática, ou aquela encontrada nos dicionários.

Possenti (1997) explicita que há um equívoco em não se perceber que os menos favorecidos socialmente só têm a ganhar com o domínio de outra forma de falar e escrever, desde que se aceite o que parece evidente hoje: que a mesma língua possa servir a mais de uma ideologia e a mais de uma função. Percebe-se, que há uma crença de que cada falante ou grupo de falantes só pode aprender a falar um dialeto. Assim, grupos populares só falam na forma popular, totalmente distinta da forma empregada nos grupos dominantes. Há também a hipótese que o aprendizado de uma língua é uma tarefa difícil para certos grupos ou para certas pessoas. No entanto, sabemos que qualquer pessoa, principalmente se for criança, aprende com extrema facilidade outras formas de falar, desde que exposta consistentemente a elas. O que não deve ocorrer, segundo Possenti (1997, p.63), é a ênfase a prescrição, tal qual à praticada pelas gramáticas escolares. “Começamos pelo óbvio: se não para ensinar gramática, pelo menos para defender tal ensino, é preciso – ou parece decente que seja assim – saber o que é gramática”.

As mudanças da língua não são como as mudanças do mundo. Essas mudanças acontecem de forma que o falante não consegue percebê-las, ou seja, acontece de forma natural. Não existe uma pesquisa correta das mudanças lingüísticas, apenas pode ser atribuída

à necessidade da comunicação, podendo ser a linguagem coloquial ou mesmo a familiar. O que revela a transformação dessas linguagens é que na gramática são usados verbos transitivos, intransitivos, conjunções, etc, enquanto que o usuário da língua, não expressa isso de forma cuidadosa em sua fala.

Observando o ensino da gramática em nossas escolas, hoje enquanto alunos, mais tarde, enquanto professores de língua materna, percebemos que a gramática tradicional tem sido privilegiada e enfocada sempre como uma obra pronta e acabada, sem consideração para o que tenha representado em termos de esforço de pensamento. A aprendizagem do aluno resulta da classe e cultura em que ele vive.

Soares (1999 p. 15) diz que:

E significativo verificar que os conceitos de “deficiência cultural”, “privação cultural”, “carência cultural”, tenham surgido exatamente em países em que essas características de pluralismo cultural se somam a organização capitalista da sociedade. A escola como instituição a serviço da sociedade capitalista assume e valoriza a cultura das classes dominantes, assim, o aluno proveniente das classes dominadas nela encontra padrões culturais que não são os seus e que são apresentados como “certos”, enquanto os seus próprios padrões são ou ignorados como inexistentes, ou desprezados como “errados”.

A deficiência cultural tem consigo o suporte lingüístico sobre a linguagem popular e a gramatical que as pesquisas mostram ser diferentes, mas não quer dizer que essa seja inferior ou deficiente. Segundo Soares (1999, p. 16) “a linguagem é ao mesmo tempo, o principal produto da cultura, é também o principal instrumento para sua transmissão”.

Por isso existe a comparação entre as culturas, algumas consideradas deficiências outras diferenças, sendo assim, a linguagem é um fato o qual contribui para o fracasso escolar, devido ao preconceito na variação e também para a escola querer usar a variante-padrão prestigiada.

Parafraseando Bagno (2004), em que busca desmistificar o rótulo errôneo que recebera o português não-padrão ao longo da história. O mesmo é taxado como uma língua errada, falada por pessoas cujo nível intelectual é inferior, quando, na verdade, trata-se de uma língua bem organizada, coerente e funcional. Trata-se apenas de diferenças fonéticas e outras variações de uma mesma língua, ridicularizada por parte dos conhecedores do português

padrão. Vale lembrar que as variedades do português no Brasil são maiores do que as diferenças. O português não-padrão é considerado ainda uma língua enxuta por procurar evitar redundâncias. Podemos evidenciar esse fato através das marcas de número. Normalmente essa marca só aparece no determinante (ex.: as pessoa, dez pessoa). Quando não há determinante, a marca do número vai para a primeira palavra a ser pluralizada (ex.: pessoas feliz). Essa marca de número funciona como um sinal de que aquele grupo de palavras está no plural, por isso é sempre aplicada na primeira palavra do grupo.

Algumas palavras do português não-padrão sofrem uma espécie de contração, ou seja, uma espécie de encolhimento para caberem no ritmo natural do português não-padrão, que é o ritmo no qual a sílaba tônica tende a ser a penúltima (ex.: xícara>xicra). Para verificar isso é bom analisar a história da língua portuguesa e suas raízes provenientes do latim (ex.: tabula>tábua>tauba). Este processo é chamado de assimilação e pode ser percebido tanto no português padrão como no não-padrão.

A modalidade da língua falada é viva e está sempre mudando, enquanto a escrita não acompanha todas as transformações que envolvem a língua. Um exemplo disso, é que temos na escrita as palavras: *pouco, louro, roupa*, embora já se fale há bastante tempo *poco, loro, ropa*.

Não podemos negar a importância do conhecimento da norma padrão, mas devemos reconhecer que o processo de aprimoramento da linguagem é constante e que está vulnerável à flexibilidade. Os educadores têm que conscientizar-se de que o português não-padrão é diferente do português padrão, mas é igualmente lógico, estruturado e segue naturalmente as tendências da língua quando não é refreado pela educação formal.

É muito importante desenvolver atividades compensatórias que ajudem combater as deficiências geradas no meio familiar e social.

Do ponto de vista lingüístico, ou sócio-lingüístico o conceito de “deficiência lingüística” é um desses estereótipos, resultado de um preconceito próprio de sociedades estratificadas em classes, segundo o qual, é “superior”, “melhor” o dialeto das classes socialmente privilegiadas. Na verdade, essa “superioridade” não se deve as razões lingüísticas ou a propriedades inerentes a esse dialeto, mas a razões sociais: o prestígio de que essas classes gozam na estrutura social é estendida a todos os seus comportamentos, sobretudo a seu dialeto. Os demais

dialetos - de grupos de baixo prestígio social – são avaliados em comparação com o dialeto de prestígio, considerado a norma padrão culta e julgados naquilo em que são diferentes dessa norma; “incorretos”, “ilógicos” e até, “feios”. (SOARES, 1999, p.41).

Essas atitudes não são consideradas lingüísticas, mas atitudes culturalmente aprendidas em seus valores. Na verdade são julgados os falantes e não suas falas.

Sobre isso Luft (2000, p. 55) afirma que:

Desde que a criança seja rodeada de um ambiente falante, a linguagem se desenvolvera automaticamente, com uma rígida história de desenvolvimento, uma forma altamente específica de comportamento de generalização, e uma relativa independência de sua história maturacional.

Todo indivíduo tem seu conhecimento prévio, sua língua materna e as influências na fala que são adquiridas durante o convívio social. O papel da escola não é de tratá-lo como um analfabeto, mas sim, de abrir caminhos para a construção de novos conhecimentos de maneira que desperte seu interesse, com liberdade, dinamismo e incentivo, fazendo com que se torne um aprendizado desejado, sem tantas cobranças das regras gramaticais.

3 Considerações finais

O estudo aponta alguns aspectos muito importantes acerca da linguagem. A representação de poder ou classe social é associada a uma linguagem culta, enquanto que alguns dialetos são discriminados por, supostamente, terem se originado nas classes populares da sociedade. Em parte isso é verdade, e pode-se perceber na forma como as pessoas articulam as frases. Ocorre, no entanto, que muitas das expressões que se supunham vir da população mais humilde têm origem nos primórdios da língua.

A língua portuguesa, assim como todas as que se originaram do latim, possui muitas contrações e sinônimos e isso faz com que pessoas menos aprofundadas no estudo da linguagem acabem por considerar errônea esta ou aquela expressão. Um ponto que é indiscutível, no entanto, é a formação da linguagem nas crianças pelo ambiente que a cerca. O meio em que uma criança vive influencia na formação da linguagem porque é a partir das

peessoas com quem essas crianças convivem que elas se expõem à linguagem e ao seu aprendizado básico, a fala.

É responsabilidade da escola, em parceria com demais entidades as quais sempre estiveram envolvidas com a melhoria da educação das comunidades camponesas, buscar a uniformização desse ensino para que dessa forma seja desenvolvido um trabalho da melhor forma possível, sem que ocorra o constrangimento e a exposição dos alunos de forma preconceituosa. Faz-se necessário o respeito às diferenças culturais que contribuíram para a formação da linguagem desses indivíduos de forma que não seja imposta a norma padrão, mas sim prepará-los para adequar o discurso as diferentes situações comunicativas, ou seja, torná-los políglotas dentro de sua própria língua.

Saber como surgiu o aprendizado de determinada expressão numa criança pode ser absolutamente significativo para que ela apreenda a forma correta. Nesse caso, o verbo apreender é o mais indicado porque ela já aprendeu, da forma errada, mas terá que apreender a forma correta para ter melhores resultados e oportunidades.

Referências

BAGNO, M. **Preconceito Lingüístico – o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais – Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental**: Língua Portuguesa: Brasília, Secretaria da Educação, MEC/SEF, 1998.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1985.

LYONS, J. **Língua(gem) e Lingüística**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1987.

KATO, M.A. **O aprendizado da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

LUFT, C. P. **Língua e Liberdade**. São Paulo: Ática, 2000.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** 6º ed., São Paulo: Cortez, 2005.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org) **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.** Vol. I., São Paulo: Cortez, 2004.

PERINI, M. A. **Sofrendo a Gramática – Ensaio sobre a linguagem.** 3º ed. São Paulo: Ática, 2005.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 1997.

SOARES, M. B. **Linguagem e Escola. Uma perspectiva social.** 10º ed. São Paulo: Ática, 1999.

TARALLO, F. **A Pesquisa Sócio-Lingüística.** 7º ed. São Paulo: Ática, 2005.